

# Estados definem anteprojeto para mudar rolagem da dívida em 1989

por Yves Léon Winandy  
de Belo Horizonte

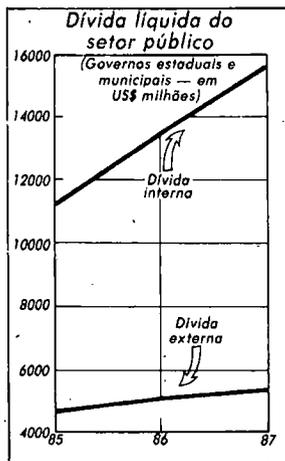
Os secretários de Estado da Fazenda, reunidos ontem em Belo Horizonte, decidiram encaminhar dois documentos ao Congresso Nacional propondo a redução dos pagamentos de sua dívida externa que vence no próximo ano, e um prazo de doze anos para o pagamento dos débitos restantes. Os documentos — um anteprojeto de lei e uma minuta de resolução do Senado Federal — deverão ser entregues hoje, em São Paulo, ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

“Pretendemos inaugurar o exercício do poder pelo Congresso”, avaliou Luiz Fernando Gusmão Wellisch, secretário da Fazenda de Minas Gerais e um dos principais articuladores da decisão tomada ontem. Os dois documentos objetivam modificar orientação do governo federal, que determina aos estados e municípios o pagamento, no próximo ano, de 25% de sua dívida a vencer e mais 25% do total dos débitos vencidos, acumulados até 31 de dezembro deste ano.

No caso das dívidas a vencer em 1989, os secretários da Fazenda e de Finanças dos agora 25 estados da Federação, e do Distrito Federal, pedem que lhes seja permitido pagar apenas 10% do total, ficando os 90% restantes a serem acrescidos ao “bolo” dos débitos já vencidos, “rolados” junto ao Banco do Brasil (BB). Para o conjunto desses débitos vencidos, solicitam lhes seja autorizado pagá-los no prazo total de doze anos, com cinco de carência (incluídos).

Como juros, no que se refere a essa “rolagem”, propõem a taxa de 8% ao ano, além da correção monetária, capitalizando-se os juros na fase de carência. Findo esse período, o débito assim refinanciado seria pago em catorze prestações semestrais.

O detalhamento da proposta consta do texto do anteprojeto de lei ontem ela-



Fonte: Brasil, Programa Econômico, BC, junho de 1988

borado. A minuta de resolução do Senado Federal, mais sucinta, dá apenas as linhas gerais para orientação do BB, nos mesmos termos do estabelecido no documento anterior.

“A intenção é utilizar todas as formas possíveis de abordar o problema, em nível de Congresso Nacional”, informou uma fonte que acompanhou os dois dias de trabalho, que foi o tempo tomado por essa nova reunião plenária — informal — dos secretários de Estado da Fazenda. Os documentos estão em mãos do secretário da Fazenda de São Paulo, João Machado de Campos Filho, que deverá procurar entregá-los, hoje, ao presidente da Câmara dos Deputados.

### DIVERGÊNCIA

Os participantes da reunião acabaram não acatando a proposta de São Paulo, de assegurar, aos estados e municípios, recursos em moeda estrangeira decorrentes do acordo de renegociação da dívida externa brasileira (fase IV). “Isso significaria criar poupança do nada; promoveria a expansão monetária, o que deveria ser, posteriormente, neutralizado, resultando numa elevação da taxa interna de juros, isso pode vir contra nós”, avaliou Wellisch.

“Incluimos aquilo como sugestão para tentar resolver o problema. Acho que, no futuro, teremos de vol-

tar a debater a proposta”, disse Campos Filho, esclarecendo não dar maior importância à rejeição do item.

A representação paulista foi uma das que não permitiram a elaboração definitiva, na reunião de ontem, de uma proposta de divisão da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), de 17%, entre os estados-sede dos produtores dos bens e serviços e os estados-sede dos consumidores desses itens. Após vários pronunciamentos, chegou-se a uma proposta de se reduzir de 9 para 8 o percentual a ser pago aos estados do Centro-Sul, no ano que vem, quando de vendas para estados do Norte e Nordeste, que teriam sua cota aumentada, mas a questão ficou pendente.

“Vamos estudar as propostas, conversar com o governador Orestes Qué-

ria e, na terça e na quarta-feira da semana que vem, em Brasília, voltaremos a conversar (com os demais secretários de Estado) para ver como é que fica”, explicou. A questão também está gerando divergências com os estados do Sul do País, que querem um maior percentual do “bolo” do ICM, em detrimento de São Paulo. A expectativa, mesmo assim, é de que se chegue a um consenso a respeito do assunto, até o final do mês.

Os secretários têm uma reunião oficial do Conselho de Política Fazendária (Confaz) marcada para a manhã de terça-feira próxima, dia 11, em Brasília. Na pauta, consta a questão da redução do prazo de recolhimento do ICM. A parte da tarde e todo o dia seguinte deverão ser dedicados à retomada dos assuntos abordados ontem e antontem.